



POLÍTICAS PARA A PRESENÇA SALESIANA NO ENSINO SUPERIOR 2022 - 2026

I N D I C E

I - INTRODUÇÃO

1. A missão salesiana no Ensino Superior (01 - 02)
2. O processo desenvolvido pelas Instituições Salesianas de Ensino Superior (03 - 07)

II - POLÍTICAS

1. Desafios para a presença salesiana no Ensino Superior (08 - 11)
2. Objetivo da política para o período 2022-2026 (12)
3. Políticas:

Política 1: Presença salesiana (14)

Política 2: Opção para os jovens pobres e as classes trabalhadoras (15)

Política 3: Modelo Pastoral (16)

Política 4: Modelo Pedagógico (17)

Área política 5: Impacto sócio-cultural (18)

Política 6: Redes (19)

Política 7: Gestão eficiente (20)

III - CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DESTAS POLÍTICAS (21-24)



I. INTRODUÇÃO

1. A missão salesiana no Ensino Superior

[01] A Congregação Salesiana afirma que sua presença no campo da Educação Superior faz parte de sua missão e que as Instituições de Educação Superior, juntamente com as escolas e centros de formação profissional, "promovem o desenvolvimento integral do jovem através da assimilação e elaboração crítica da cultura e através da educação na fé, com vistas à transformação cristã da sociedade"¹.

[02] Esta presença se realiza através da promoção de centros acadêmicos sob a responsabilidade das Províncias ou da Congregação Salesiana, no caso particular da UPS, ou em co-responsabilidade compartilhada com outras instituições religiosas, assim como através da presença de salesianos que trabalham em Instituições de Ensino Superior exercendo responsabilidades de direção, ensino ou pesquisa. A presença também se estende à ação daqueles salesianos que cuidam da gestão e animação de escolas ou residências para estudantes universitários ou que realizam trabalhos pastorais específicos para jovens universitários em obras salesianas e em outras que não pertencem à Congregação.

2. O processo desenvolvido pelas Instituições Salesianas de Ensino Superior (IUS)

[03] O serviço de animação e acompanhamento da presença salesiana no campo do ensino superior foi criado como Direção Geral das IUS por iniciativa do Pe. Juan Edmundo Vecchi, em 1997. Em 2002 passou a fazer parte do setor de ensino superior do Dicastério para a Pastoral da Juventude.

[04] A principal realização desta experiência de animação é que ela desencadeou um processo participativo que levou à definição de referências

¹ *Reglamento da Sociedade de São Francisco de Sales*, 13



de identidade, opções comuns e estruturas flexíveis de animação e governança.

[05] A primeira fase deste processo proporcionou às IUS um Quadro de Referência que permitiu alcançar três objetivos fundamentais: conhecer a situação das instituições, definir uma identidade comum para todas elas e propor orientações para o desenvolvimento da presença salesiana no Ensino Superior.

[06] A segunda fase envolveu a realização do ideal corporizado no documento *Identidade das Instituições Salesianas de Ensino Superior*, através de uma série de orientações contidas nos diversos documentos conhecidos como *Políticas*.²

[07] As políticas têm sido implementadas através de programas comuns desenvolvidos para todas as instituições sob a responsabilidade da Coordenação Geral. Além disso, desde 2012, foram implementados programas continentais ou regionais para orientar o trabalho conjunto das IUS na África, Américas, Sul da Ásia, Leste Asiático e Oceania, e Europa.

II. POLÍTICAS

1. Desafios para a presença salesiana no ensino superior

[08] Instituições de Ensino Superior, assim como toda a educação e a sociedade, foram afetadas pelas conseqüências da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. A crise causada pela Covid19 forçou a aceleração das mudanças tecnológicas, pedagógicas, comunicacionais, administrativas e gerenciais para enfrentar os efeitos educacionais, sociais, econômicos,

² A validade do primeiro documento de *Política* foi estendida para os anos 2008 - 2011, por acordo do Reitor-Mor e seu Conselho. Um segundo documento de *política* foi elaborado pela VI Assembléia Geral das IUS para o período 2012-2016. Um terceiro documento foi redigido pela VII Assembléia para o período 2016-2021.



culturais e emocionais da pandemia. Esta grave perturbação revelou limites e até ameaças ao ensino superior, mas também grandes oportunidades que precisam ser aproveitadas.

[09] O Papa Francisco em *Veritatis Gaudium* (2017) convida as universidades a uma renovação sábia e corajosa para que elas respondam à missão evangelizadora de uma Igreja "em marcha" nesta nova época da história marcada sobretudo por uma crise antropológica e socioambiental sem precedentes.

[10] O Reitor-Mor, Pe. Ángel Fernández Artime, na reflexão após a CG XXVIII (2020) (ACG 433) e incluída na programação do Dicastério da Pastoral da Juventude, aponta como desafios para a Congregação crescer na identidade salesiana para que ela se torne presença e acompanhamento evangelizador dos jovens, dando prioridade absoluta aos pobres, abandonados e indefesos. Particularmente desafiadora é a missão e a formação junto com os leigos, a generosidade missionária e, em particular, o compromisso com uma ecologia humana integral que assegure um futuro sustentável.

[11] Neste contexto social, eclesial e congregacional, as Instituições Salesianas de Ensino Superior (IUS) enfrentam um quádruplo desafio:

a) Repensar a relevância das funções acadêmicas universitárias baseadas nas transformações digitais tecnológicas e pedagógicas produzidas pela pandemia e, ao mesmo tempo, alcançar a sustentabilidade econômica e financeira das instituições em um contexto no qual as políticas públicas restritivas, o contexto de mercantilização do ensino superior e o agravamento da crise econômica, especialmente nos países emergentes devido à pandemia covid-19, colocaram as instituições em uma situação de vulnerabilidade econômica.

b) Garantir a identidade salesiana, assegurando uma presença e animação afetiva e efetiva dos religiosos e leigos e, ao mesmo tempo, colocando as



instituições numa chave pastoral de acordo com os contextos multi-culturais e religiosos.

c) Assegurar a qualidade salesiana da proposta educativa e cultural integrando a comunidade acadêmica em torno de um modelo pedagógico inspirado no Sistema Preventivo, especialmente projetado para os jovens pobres e as classes trabalhadoras.

d) Aproveitar a transição tecnológica digital e o desenvolvimento institucional e acadêmico que as instituições estão passando para aprofundar o trabalho em rede em todos os níveis, buscando alianças com os atores salesianos e outros não-tradicionais, tais como empresas de tecnologia, inovação e setores empresariais.

2. Meta

[12] As políticas contidas neste documento são direcionadas:

Consolidar, como setor de ensino superior salesiano, uma maior qualidade de nossa proposta acadêmica, assegurando sua identidade salesiana, impacto educativo-cultural e sustentabilidade econômica, a fim de servir especialmente os jovens pobres e as classes trabalhadoras.

3. Políticas

[13] Estas políticas, como as anteriormente promulgadas, são dirigidas às Instituições de Ensino Superior que estão sob a responsabilidade das Províncias ou da Congregação Salesiana. No caso das instituições com responsabilidade compartilhada, a posição e a contribuição particular das Províncias para tais instituições serão guiadas por estas diretrizes.

Estas políticas, em continuidade com as anteriores, foram formuladas pela 8ª Assembléia Geral com referência à avaliação dos últimos cinco anos, o desenvolvimento das IUS, os desafios da Congregação e a situação criada pela



pandemia covid19. O objetivo é garantir qualidade acadêmica com identidade salesiana e sustentabilidade econômica.

Política 1: **Presença salesiana.**

[14] Garantir em cada instituição de ensino superior uma presença salesiana significativa, quantitativa e qualitativamente, formada por religiosos e leigos qualificados para orientar, animar, acompanhar e administrar um projeto cultural, científico e educativo-pastoral.

Política 2: **Opção para os jovens pobres e as classes trabalhadoras.**

[15] Aprofundar a reflexão sobre a opção pelos jovens pobres e pelas classes trabalhadoras como chave para compreender a totalidade das funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Política 3: **Modelo Pastoral.**

[16] Implementar o modelo pastoral expresso no documento: *Diretrizes para o cuidado pastoral nas IUS*. Este modelo deve ser aplicado como um eixo transversal do Projeto institucional, assumido por toda a comunidade acadêmica, com especial participação e protagonismo dos jovens e a ação de equipes capacitadas para a animação pastoral.

Política 4: **Modelo Pedagógico.**

[17] Desenvolver em cada uma das IUS um modelo pedagógico inspirado no Sistema Preventivo que responda ao seu próprio contexto, como instrumento para atingir o propósito educativo-pastoral de toda a comunidade acadêmica.

Política 5: **Impacto sócio-cultural.**

[18] Promover iniciativas, projetos, pesquisas e programas de serviços



comunitários que ressaltem opções institucionais e influenciem o pensamento coletivo, o desenvolvimento territorial, a formulação de políticas públicas e ofereçam soluções para problemas sociais graves, especialmente nestes campos: juventude, família, ecologia, migração, direitos humanos, interculturalidade, tecnologias digitais, ecumenismo, diálogo inter-religioso.

Política 6: **Redes.**

[19] Aprofundar o trabalho em rede intra e interinstitucional de acordo com a natureza de cada uma das IUS em termos de desenvolvimento do ensino, pesquisa conjunta, intercâmbio e mobilidade estudantil, otimização de recursos, inovação e empreendedorismo, aproveitando as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais.

Política 7: **Gestão eficiente.**

[20] Implementar uma gestão econômica, financeira, acadêmica e organizacional caracterizada pela eficiência, criatividade, participação, transparência e respeito ao meio ambiente, a fim de garantir a sustentabilidade das IUS e, ao mesmo tempo, o acesso e a permanência dos jovens pobres e dos setores populares a eles.

III. CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DESTAS POLÍTICAS

[21] A implementação destas políticas pressupõe a vontade e o compromisso das Instituições de empreender em conjunto um caminho de reflexão e ação que contribua para o desenvolvimento de um patrimônio educacional comum no campo da Educação Superior e para a consolidação de cada presença particular de acordo com as diretrizes da identidade comum definida.

[22] A implementação deve ser específica ao contexto, ou seja, levar em conta



a diversidade cultural, social e religiosa dos lugares onde as instituições estão localizadas. Para isso, as Políticas devem ser estudadas, adotadas e aplicadas em nível continental ou regional, através de Conferências Continentais e outras formas de reunião. E, no nível de cada IUS, através do compromisso de assumir estas Políticas no Projeto Institucional, em coerência com as opções assumidas pela própria Província.

[23] A animação para garantir a implementação destas políticas é de responsabilidade do Dicastério da Juventude através do Coordenador Geral, do Conselho de Direção e das Coordenações Continentais, que devem incentivar a implementação de processos em nível continental ou regional em coordenação com as Províncias e as próprias IUS.

[24] Ao final do período para o qual estas políticas foram aprovadas, a Assembléia de inspetores e chefes de instituições é chamada a verificar, validar e orientar a implementação das escolhas feitas, assim como a realização dos programas comuns aprovados.